

ATA N.º 9 – 2017/2021

Primeira reunião da Sessão Ordinária de novembro.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, com início pelas 21 horas e 10 minutos, reuniu, na primeira reunião da Sessão Ordinária de novembro, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos/as seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: Rui Manuel Pereira Marques, Paulo André Silva e Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Ana Maria Fernandes Carvalho, Carla Cristina Caetano Castro, indigitada a substituir Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado; Herculano Miguel Pereira Caetano, Jorge Altino Pinho Melo, indigitado a substituir Ana Daniela Marques Santiago; e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Lúcia Maria Azevedo Antão, João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Eduardo Nuno Alves de Castro e Pereira Marques, indigitado a substituir Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. -----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Paula Cristina Pereira Nunes da Silva, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; Sílvia Maria Pinho Andrade, indigitada a substituir José Licínio Tavares Pimenta e António Nunes de Almeida, indigitado a substituir Nuno Miguel de Abreu Pereira da Silva, do PPD/PSD. Faltou justificadamente o Membro Municipal e Luís Serafim Baptista da Silva, do CDS-PP. -----

Substituições: -----

Pediram substituição na presente sessão os seguintes Membros Municipais: Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado e Ana Daniela Marques Santiago, do CDS-PP; Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jorge Manuel Lemos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 18/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de setembro, realizada no dia 28.09.2018;

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação às Grandes Opções do Plano (3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no montante de € 32.860,00 para o ano de 2019) do Município de Albergaria-a-Velha para 2018; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais do Município para 2019: a) Grandes Opções do Plano e Orçamento; b) Mapa de Pessoal; -----

Ponto 5 - Apreciação e votação de: a) autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou sua reprogramação, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, durante o ano de 2019, nos casos seguintes: - que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; - cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos; b) delegação da respetiva competência no Presidente da Câmara Municipal; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento de Atribuição de bolsas de estudo do ensino superior – 3ª alteração – Termo de consulta pública; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação da intenção da cessação, pelo Município de Albergaria-a-Velha, da qualidade de associado da ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria; -----

Ponto 8 – Apreciação e votação da intenção da cessação, pelo Município de Albergaria-a-Velha, da qualidade de associado fundador da PRAVE - Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha; -----

Ponto 9 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal, em Sessão Ordinária de 18.12.2017; -----

Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executividade, dos pontos 3 a 8 da Ordem do Dia, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

Da Divisão de Administração Geral – Envio da proposta da Câmara Municipal referente aos Documentos Previsionais do Município para o ano de 2019 (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal); -----

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio de fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 19 a 22/2018; -----

Do Conselho Municipal da Educação – Convocatória para a terceira reunião do Conselho Municipal de Educação. -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

Não se verificou a apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros. -----

C – 1.º Período da Intervenção aberto ao Público; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o primeiro Período de Intervenção Aberto ao Público, informando haver duas inscrições. -----

João Paulo Rodrigues de Sousa – Usou da palavra, indicando que o anterior executivo da Freguesia de Alquerubim havia iniciado todo o processo para proceder à instalação do Espaço Cidadão naquela freguesia, questionando ao Presidente da Câmara Municipal os motivos pelos quais o referido Espaço não foi instalado em Alquerubim. -----

Carlos Manuel Moreira Branco – Referiu que no orçamento municipal para 2019, se encontra prevista verba destinada à “Requalificação da Quinta D` Alque”, solicitando informações sobre esse processo, nomeadamente o que vai ser desenvolvido naquele espaço. No que respeita à saúde, indicou que a população portuguesa se encontra envelhecida, exposta às dificuldades inerentes do seu dia-a-dia e que a comunidade albergariense depara-se com um problema de mobilidade. Um dos objetivos estratégicos que o município definiu versa a melhoria da qualidade de vida das suas populações, questionando como se vai beneficiar os cidadãos e os idosos em particular, no que respeita à mobilidade. Disse ainda entender que, numa lógica de maior proximidade e humanização dos serviços de saúde, deve olhar-se para os cidadãos como sendo o centro de todo o sistema e que os cidadãos com problemas de saúde estão a ficar esquecidos, principalmente perante a reduzida mobilidade existente neste município. Questionou quais as medidas que estão previstas para que os munícipes tenham acesso a serviços de excelência. Considerando que a requalificação da Extensão de Saúde de Alquerubim contou com um financiamento de verbas municipais em cerca de 37.000,00€ num passado recente, questionou quais as razões para a deslocação desta extensão de saúde para outros postos de saúde. Terminou a sua intervenção questionando onde será implantada a Unidade de Saúde Familiar do Baixo Vouga, caso aquela Extensão de Saúde venha a encerrar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo ao cidadão João Paulo Rodrigues de Sousa que irá analisar com cuidado o processo a que fez referência, por estranhar de que forma uma Junta de Freguesia tem conhecimento de um processo sobre o Espaço Cidadão previamente à Câmara Municipal. Indicou que posteriormente procederá ao envio de ofício com o esclarecimento sobre esta situação. Informou ainda o cidadão Carlos Manuel Moreira Branco que este executivo tem contrariado aquilo que é a tendência de todos os Governos, designadamente em matéria de centralização da saúde. A título exemplificativo, disse terem sido levadas a cabo obras de requalificação da Extensão de Saúde de Alquerubim, para que os serviços não sejam encerrados devido a falta de condições físicas. Sublinhou que a proximidade e qualidade dos serviços de saúde é uma prioridade deste executivo, que, naquilo que é da competência do município, faz sempre mais do que lhe compete, criando as devidas condições para que os serviços não encerrem, como forma de contrariar a política de centralização de serviços do Estado. Informou ainda que, caso se verifique alguma decisão de encerramento, a responsabilidade deverá ser assumida pelo ACES, ARS e Estado. No que respeita ao projeto de mobilidade, sugeriu ao cidadão Carlos Branco que assistisse à apreciação do ponto respeitante ao Orçamento Municipal. No que respeita à Quinta D`Alque, esclareceu que existem algumas divergências entre as visões do Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim e do executivo municipal relativamente àquele espaço, pelo que o processo tem vindo a dilatar-se no tempo, assegurando no entanto que no presente mandato será realizada obra naquele espaço. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – “Sr. Presidente, o grande atributo que o Sr. tem é o de se de fazer de morto, vejamos: A iluminação pública está desligada semanas a fio e nada é consigo, mas Sr. Presidente a iluminação pública é competência municipal, a responsabilidade é sua. A recolha do lixo e desinfeção dos respetivos contentores está uma desgraça, é uma vergonha. O Sr. empurra para a empresa e nada é consigo, mas a recolha do lixo e a desinfeção dos contentores é competência municipal, a responsabilidade é sua e se a empresa não cumpre tem de ser despedida. A internet é uma lástima em parte do território municipal, o Sr. nega, nada é consigo, o Sr. não diligencia para que seja resolvido este constrangimento, não tente que seja anulada este fator de igualdade de oportunidades dos munícipes. Na saúde, nomeadamente nos fechos das extensões de saúde o Sr. diz que não é nada consigo, mas, nas costas dos munícipes assina documentos que desmentem a sua narrativa, o Sr. está contra os interesses das populações, o Sr. faz-se de morto, atira as suas culpas para os outros, mas tudo faz de modo a que haja uma concentração de serviços de saúde à custa do fecho de extensões de saúde em várias freguesias. Mas além deste grande atributo o Sr. demonstra uma grande habilidade para fugir ao debate e o último exemplo é a renovação da concessão do

conhecido terreno das bombas da BP. Convém especificar um pouco mais este caso. Tomamos conhecimento que estes terrenos são municipais e, em 1991, com o CDS no poder, foram objeto de uma concessão por trinta anos, não tendo possibilidade de prorrogação, aliás o que está estipulado na lei, tendo recebido uma avultada à cabeça, mas com uma ausência de verbas nos anos subsequentes. A requerente solicitou a prorrogação do prazo do direito de superfície, ou seja, na prática a prorrogação da concessão anteriormente atribuída. A deliberação existente não é sobre a prorrogação, mas sim uma nova concessão e aqui existe mosquitos por corda, assim: a deliberação foi extemporânea já que deliberou sobre um pedido de concessão, mas que na verdade não existe (existe sim um pedido de prorrogação); a deliberação é feita sobre o pressuposto que fazer uma nova concessão ao mesmo concessionário não é prorrogação o que é no mínimo suspeito; a deliberação é feita nos mesmos termos que foi feita a anterior concessão, mas não explica porque reduz o prazo de concessão e este é um ponto muito importante já que esta artimanha existente na deliberação foge ao controlo da Assembleia. Na proposta de nova concessão / renovação fala num valor de € 320.000,00, recebidos à cabeça, de imediato, violando o princípio de equidade, previsto na lei e nomeadamente na equidade na distribuição de benefícios entre gerações, e num prazo de 15 anos, deixa cair os 30 anos, porque se fosse 30 anos o valor seria o dobro ou seja 640.000 €, valor superior a 1.000 vezes a r.m.m.g. e em que a competência de atribuir a nova concessão seria então da Assembleia Municipal. Na feitura de uma nova concessão mesmo com um valor a menos 1.000 vezes o r.m.m.g. excluem a necessidade da abertura de um concurso público, mas não invalida a necessidade de fazer um concurso para a sua atribuição e no limite tem de fazer um ajuste direto, mas com mais candidatos e é uma exigência em termos dos princípios exigidos na lei dos princípios da concorrência efetiva e da transparência ao garantir adequada publicidade e proporcionar, tempestivamente, o mais amplo acesso aos procedimentos. Sr. Presidente ao atuar desta forma e de uma forma muito clara gostaria que esclarecesse qual é o seu posicionamento: se é do lado do interesse público, ou seja do lado dos munícipes, e garantir que seja aberto um concurso público, garantido que seja salvaguardado os princípios de: 1. Da equidade na distribuição de benefícios entre gerações; 2. da concorrência efetiva; 3. da transparência ao garantir adequada publicidade e proporcionar, tempestivamente, o mais amplo acesso aos procedimentos. Ou então, do lado do requerente / privado e renova uma concessão, atitude contrária ao espírito da lei e viola os princípios de: 1. Da equidade na distribuição de benefícios entre gerações; 2. da concorrência efetiva; 3. da transparência ao garantir adequada publicidade e proporcionar, tempestivamente, o mais amplo acesso aos procedimentos". -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra, informando que a Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas, integra o *Programa Escolhas*, específico para crianças e jovens da comunidade cigana. Considerando que neste município existem pessoas pertencentes a estas comunidades, principalmente em São João de Loure, questionou sobre as diligências que a Câmara Municipal está a realizar para integrar a comunidade cigana neste município. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, felicitando a Câmara Municipal pelo início dos trabalhos de remoção de entulho que se encontra debaixo da ponte da EN 109, sugerindo que adicionalmente seja feito um trabalho de prevenção para evitar novos depósitos. Informou que a Junta de Freguesia procedeu à colocação de um letreiro, mas que este não surtiu efeito. Recordou ter

sugerido em sessões anteriores a criação de um ecocentro no município, à semelhança do existente no Município de Sever do Vouga, para depósito de diferentes resíduos, mediante o pagamento de uma taxa, entendendo que será menos oneroso para o município receber os resíduos do que proceder à sua recolha. Referiu que o projeto *Clean-Up*, que consiste na limpeza de um local específico para colocação de resíduos e na sensibilização da população para a importância da separação dos resíduos durante a sua recolha, está a ser bem sucedido em alguns países da Europa. Concluiu a sua intervenção informando que o muro sito na Rua Dr. Augusto de Castro, em Angeja, que estava em risco de ruínas já caiu, ainda que sem danos materiais e humanos, alertando para a existência de mais casos semelhantes na freguesia.-----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, questionando de quem é a responsabilidade da manutenção das rotundas do IC2. Continuando, referiu ter verificado que na Rua Castro Matoso, em Albergaria-a-Velha, a Câmara Municipal procedeu à marcação de lugares de estacionamento, não verificando preocupação semelhante com a construção de passeios, entendendo que deverá ser dada prioridade à circulação e segurança dos peões. Disse ainda entender que deve ser promovida a redução do transporte individual em detrimento de meios de transporte mais sustentáveis ambientalmente. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Anexo I, fls. 1), no qual é solicitado que a Câmara Municipal tome medidas para a construção de passeios na Avenida da Ponte, em São João de Loure, uma vez que esta é utilizada diariamente por cidadãos para terem acesso ao apeadeiro da CP - Linha do Vouga, em Horta. Esclareceu que, pese embora se trate de uma Estrada Nacional, da competência da entidade Infraestruturas de Portugal, S.A., a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer sobre esta questão, tal como a Câmara Municipal de Aveiro, devendo promover-se a construção dos passeios para assegurar a segurança dos peões ao circular nessa via. No que respeita aos pedidos de utilização de equipamentos públicos do município para realização de eventos, referiu compreender que associações e demais coletividades sem fins lucrativos estejam isentas do pagamento de taxas por utilização, não compreendendo porém as razões pelas quais o executivo isenta deste pagamento entidades que têm receitas próprias e geram receitas pelas atividades que promovem, nomeadamente a Associação de Futebol de Aveiro. Face aos custos associados à manutenção dos equipamentos e infraestruturas municipais, entende que a taxa de utilização de espaço deverá ser cobrada às associações que têm receitas próprias. Continuando, referiu que os documentos municipais devem estar disponíveis no portal do município para consulta pública de qualquer cidadão interessado nas matérias, exemplificando que o PDM, os Planos de Urbanização existentes, a Carta Educativa e o Projeto Educativo não estão acessíveis no portal. Acrescentou ainda que em termos de configuração e design o portal deveria igualmente ser revisto, porque não passa uma boa imagem do município. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, apresentando uma palavra de apreço ao grupo de trabalho CLDS pelo trabalho notável que desenvolveu no município. Felicitou também a Vereadora Catarina Mendes, que geriu este grupo, expressando o desejo de que o contrato seja renovado. Indicou que este grupo de trabalho tem uma grande empatia com a comunidade cigana, trabalhando para a sua inclusão social, tendo o CLDS convidado um grupo de pessoas da etnia cigana a participar com as suas danças no festival *Sabores da Abóbora*, promovido pela ASIV, com bastante um êxito. -----

José Alho – PPD/PSD – Recordou que na sessão de setembro deste órgão, o Presidente da Câmara Municipal tranquilizou as pessoas, referindo que a Unidade de Saúde de Valmaior estava a funcionar normalmente. As pessoas sentem que o serviço não é de qualidade e que existe o risco da unidade encerrar, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre se existem razões para a população de Valmaior temer o encerramento daquela Extensão de Saúde. Informou que foi feito um apelo nas redes sociais para as pessoas se dirigirem à Junta de Freguesia, a fim de indicarem o nome e número do Serviço Nacional de Saúde, e subscreverem um abaixo-assinado para que a Extensão de Saúde não encerre e que o médico de família esteja ao serviço a tempo inteiro. -----

Ludovina Silva – PS – Interveio, esclarecendo que, além das atividades culturais e recreativas, há crianças e jovens que têm de cumprir com as regras e assiduidade em meio escolar, sendo neste âmbito, do *Programa Escolhas*, que gostaria de saber de que forma a Câmara Municipal vai atuar, considerando que este problema é uma realidade no município. -----

Lúcia Antão – PPD/PSD – Usou da palavra, questionando o Presidente da Câmara Municipal relativamente às diligências que foram encetadas para impedir o encerramento dos CTT da Branca, referindo que em 28.09.2018 o assunto não foi abordado, e em 05.11.2018, já havia um posto de correios instalado na Junta de Freguesia. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Solicitou informações concretas sobre o processo de recolha de resíduos no município, recordando que na sessão de setembro o Presidente da Câmara Municipal informou que estavam a decorrer diligências, inclusivamente para a rescisão do contrato com a empresa que efetua aquele serviço. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, recordando que a privatização dos CTT ocorreu no Governo do PSD e CDS, e que, dentro das medidas económicas tomadas no período da *Troika*, não estava prevista a privatização dos CTT a 100%, tal como ocorreu, ficando o Estado sem poder assumir uma posição na estratégia de gestão dos CTT. Disse entender que quando se tomam decisões políticas, deve tomar-se consciência das opções que se vão tomar, para que posteriormente não se pague a fatura dos erros anteriormente cometidos, como se verifica neste caso. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – Usou da palavra, informando que, tal como o Membro Municipal Jesus Vidinha indicou, este Governo não pode fazer nada para inverter a opção tomada pelo anterior Governo. Esclareceu que apenas no dia 01.10.2018 foi chamado para uma reunião na Câmara Municipal com o Diretor dos CTT, na qual tomou conhecimento da intenção do encerramento do balcão de CTT da Branca, tendo sido informado que os motivos deste encerramento seriam falta de rentabilidade daquele serviço. Tratando-se de uma entidade privada que presta um serviço público, e verificando-se não haver resultados positivos, foi proposto que todos os serviços, à exceção dos serviços financeiros, ficassem ao encargo da Junta de Freguesia. Haveria ainda a possibilidade de os serviços serem consignados ao comércio local, mas sem garantir, neste caso, a prestação de todos os serviços até então prestados. Esclareceu também que em algumas freguesias que não aceitaram as condições propostas pelos CTT e em que estas condições não foram também aceites pelo comércio local, verificou-se o encerramento de balcões e as pessoas perderam os serviços dos CTT. Face à

situação existente, entre manter os serviços ou perder a totalidade ou alguns desses serviços, a Junta de Freguesia optou por celebrar contrato com os CTT para a prestação dos serviços, disponibilizando dois balcões, por forma a assegurar a qualidade dos serviços e maior celeridade do processo. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, esclarecendo que o serviço público, quer seja prestado por uma entidade privada quer seja prestado pelo Estado, não deixa de ser considerado serviço público, nem deixa de ser prestado melhor serviço público. Sendo concessionado ao setor privado, compete no entanto ao Estado efetuar a respetiva supervisão. Lamentou a atitude do Membro Jesus Vidinha, em atirar as culpas para o PSD, de forma recorrente, recordando ter sido no período do Governo do PS que atirou o país para o período da *Troika*. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Indicou que serviço público não tem de ser mau pelo facto de ser prestado pelo setor privado, concordando com a intervenção do Membro Municipal Luis Fernando Oliveira. Sublinhou que atualmente os CTT já não têm o mesmo papel que antigamente, face às mudanças que ocorreram na sociedade e que a redução dos serviços causa a redução das receitas. Assim, se uma entidade privada se vê confrontada com esta realidade, ou reduz o pessoal, ou os balcões existentes. Neste caso concreto, a Junta de Freguesia da Branca e a Câmara Municipal, confrontadas com uma decisão irreversível por parte dos CTT, tiveram a preocupação de assegurar os serviços à população. Informou ainda que no Porto encerraram inúmeros balcões. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, recordando que o Governo do PSD aprovou a total privatização dos CTT, porque a sua política queria ir além do exigido pela *Troika*, tendo os CTT sido privatizados nessa lógica. O interesse dos investidores nos CTT não foi a distribuição do correio, mas sim a licença bancária que lhe foi associada. O papel social que os CTT tiveram durante muitos anos no país, designadamente para a população idosa já não é prestado, não havendo a possibilidade de intervenção estatal. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Referiu que o encerramento de um balcão dos CTT é um assunto pertinente para ser discutido nesta Assembleia Municipal. Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia da Branca pelas explicações agora apresentadas e por ter encontrado uma solução para manter os serviços. Concluiu a sua intervenção desejando que esta Assembleia trate de todos os assuntos que dizem respeito à população albergariense com seriedade. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Esclareceu que o Estado pode sempre intervir naquilo que é a sua competência, designadamente a supervisão do serviço público, aplicando coimas, ou retirando licenças àqueles que tem a concessão do serviço público, sempre que este não seja corretamente prestado.-----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, informando que a Câmara Municipal não tem competências neste domínio mas, dentro do que foi possível, encontrou-se uma solução para o problema do encerramento do balcão dos CTT da Branca, não tendo este assunto sido desvalorizado pelos órgãos locais.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra à Sra Vereadora Catarina Mendes, para esclarecer a Membro Municipal Ludovina Silva acerca das questões colocadas. -----

Vereadora Catarina Mendes – Usou da palavra, informando que este executivo tem vindo a dar atenção à comunidade cigana em vários domínios: Ao nível da educação pré-escolar, numa política de não encerramento de jardins-de-infância públicos, mantém-se um elevado nível de frequência de crianças, num trabalho de articulação muito próximo com as colaboradoras que trabalham com estas comunidades, lembrando que a frequência do jardim-de-infância por estas crianças tem um impacto positivo no sucesso escolar, concretamente no 1º ciclo. Também a rede solidária tem por missão responder a problemas desta comunidade, numa perspetiva de inclusão social. No âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social, o município candidatou-se para a atribuição de mediadores para trabalhar com a comunidade de etnia cigana, tendo a candidatura sido indeferida por não ter obtido a pontuação necessária. Ou seja, o Alto Comissariado para as Migrações não reconhece a necessidade urgente de intervenção a este nível neste município, trabalhando-se, assim a outros níveis. Informou ainda que o município não foi contemplado no *Programa Escolhas* porque as questões de avaliação destas candidaturas reportam, muitas vezes, os números existentes, que serão menos significativos face a realidades de outros municípios. Referiu existir um trabalho ao nível social, no âmbito da Rede Solidária, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e encontra-se em curso uma candidatura no âmbito de planos inovadores de combate ao insucesso escolar, que, na opinião deste executivo, será importante para o reforço das equipas educativas das escolas, minimizando os efeitos da presença de alunos de etnia cigana, frequentemente integrados indevidamente ao abrigo de legislação que protege a deficiência, quando, muitas das vezes, se trata apenas de necessidades educativas especiais.-----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, questionando o Membro Municipal Luís Fernando Oliveira se a sua intervenção se trata de uma acusação ou de uma pergunta. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Membro Municipal Luís Fernando Oliveira, para os esclarecimentos que entendesse necessários.-----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Esclareceu que a primeira parte da sua intervenção é uma análise que tem vindo a fazer, nomeadamente ao nível da recolha dos resíduos urbanos no município, da iluminação pública e do acesso à internet. No que diz respeito ao caso do terreno afeto à BP, fez um enquadramento e uma análise, de acordo com o seu entendimento político, entendendo tratar-se de uma renovação do contrato. -----

Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu que a opção tomada foi, em seu entender, a melhor opção para o município. Informou que o valor resultante deste contrato vai ser aplicado integralmente na requalificação dos quatro prédios do município do Legado de Napoleão, sitos em Lisboa, permitindo melhorar os rendimentos mensais e anuais da autarquia. Esclareceu depois ter havido uma melhoria significativa da rede Wi-Fi no município, que continuará a ser aumentada. No que respeita ao serviço de

recolha dos resíduos, após reunião ocorrida entre os Presidentes das Câmaras Municipais de Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos, reconhece-se que a empresa começou a melhorar o serviço prestado na recolha e higienização dos contentores. Caso venha a verificar-se um retrocesso na prestação destes serviços, rescindir-se-á o contrato celebrado. Continuando, informou o Membro Municipal Jesus Vidinha que a manutenção das rotundas do IC2 são da competência da IP, SA; a Câmara Municipal assumiu a sua iluminação, encontrando-se atualmente em negociação com a IP, S.A, a transferência de quatro rotundas para a competência do município. Referiu também existir um estudo mais profundo para requalificar a área da Rua Castro Matoso, faltando apenas o acordo entre o executivo e um particular para avançar com a construção dos passeios. No que respeita aos passeios da Avenida da Ponte, em São João de Loure, e após intervenção do Membro Municipal Arménio Silva, em Assembleia Intermunicipal da CIRA, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro indicou estar disponível para colaborar neste processo. No que respeita à utilização dos equipamentos municipais de Albergaria-a-Velha, informou ter tomado em linha de conta o assunto indicado, que poderá ser melhorado. Relativamente ao portal da autarquia, informou que o PDM está disponível e que a Carta Educativa será disponibilizada na próxima semana. Informou ainda que, no âmbito da CIRA, foi desenvolvido um projeto para a criação de uma página uniformizada de todos os municípios, que será disponibilizada no início do próximo ano. Depois, informou o Membro Municipal José Alho que a estratégia deste município será sempre garantir a manutenção das extensões de saúde abertas, para assegurar à população uma saúde de proximidade e de qualidade. No âmbito do encerramento do Balcão dos CTT da Branca, manifestou a sua solidariedade com o Presidente da Junta de Freguesia da Branca. Referiu que este pensou sempre na melhor solução em prol dos interesses da sua população, notando-se atualmente maior movimento. Continuando, esclareceu o Membro Municipal Rui Sousa que todo o município é importante e que o serviço dos CTT da Branca foi assegurado, à exceção da emissão de certificados de aforro, que é um serviço com pouca expressão neste balcão. Relativamente aos resíduos sólidos, informou que este executivo tem uma estratégia, que poderá ser analisada no âmbito do Orçamento Municipal. -----

Lúcia Antão – PPD/PSD – Usou da palavra, esclarecendo ter questionado apenas sobre as diligências que a autarquia tomou sobre o encerramento do balcão dos CTT da Branca. As datas que indicou serviram apenas para mostrar o curto espaço de tempo em que esta decisão foi tomada, nunca tendo afirmado que está a ser prestado um mau serviço. Disse existirem freguesias com menor número de habitantes que conseguiram uma melhor contrapartida em termos financeiros com a transferência destes serviços para a Junta de Freguesia. Concluiu a sua intervenção referindo que a Estação de Correios dos CTT da Branca foi encerrada, estando no entanto aberto um Posto de Correios. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – Esclareceu não ter dito que a Membro Municipal Lúcia Antão disse inverdades sobre este assunto na Freguesia da Branca. No entanto, alguém anda a fazê-lo, de forma incorreta. Em conclusão, informou que os serviços dos CTT mudaram apenas de instalações.-----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, informando que os prédios do Legado Napoleão sempre geraram receitas na ordem de 0,1 a 0,2 milhões de euros por ano e que as verbas da concessão vão para a receita corrente, não podendo ser alocadas à obra. Referiu ainda que as receitas

do Legado Napoleão são superiores às que se encontram inscritas nas Grandes Opções do Plano.-----

Paulo Silva – CDS-PP – Esclareceu que 0,1 e 0,2 milhões de euros correspondem a 100 e 200 mil euros, respetivamente. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de setembro, realizada no dia 28.09.2018; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 1. Não havendo inscrições, colocou à votação a ata da Sessão Ordinária de setembro, recordando que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

Votação: Colocada a votação, e estando presentes vinte e dois Membros da Assembleia Municipal com direito a votação, a ata da sessão ordinária de setembro foi aprovada por unanimidade. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Pedro Tavares e Jorge Melo, do CDS-PP, Eduardo Marques, do PPD/PSD e Paula Silva, pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Recordou que, nos termos do preceituado no art.º 23 do Regimento da Assembleia Municipal, este ponto versa sobre a “exposição do Presidente da Câmara relativa à informação escrita, acerca da atividade do Município e da situação financeira do mesmo, do saldo e estado atual das dívidas a fornecedores, das reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado atualizado dos mesmos”, solicitando aos/às Membros Municipais que nas suas intervenções não se abstraiam dos assuntos presentes na Informação Escrita. Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que na presente Informação Escrita não constatou qualquer referência às atividades realizadas pelo Gabinete de Proteção Civil e Florestal, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que facultasse a este órgão a informação em falta sobre as atividades realizadas no referido gabinete. No que respeita à atividade da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, não há qualquer referência a trabalho, supervisão ou mera gestão em matéria de recolha de lixo, recordando ter alertado, na última sessão da Assembleia Municipal, para esta problemática. Questionou os motivos para a não rescisão do contrato, para a não aplicação das sanções e demais medidas previstas no caderno de encargos. Questionou ainda quais foram as diligências encetadas pelo Presidente da Câmara Municipal para resolver este grave problema, que causa transtornos e preocupação a toda a população do município. Solicitou depois esclarecimentos

sobre concretizar os objetivos e compromissos assumidos na reunião de trabalho com um diretor comercial dos CTT, que consta na Informação. Informou que, das empreitadas referenciadas na Informação Escrita, oito encontram-se fora de prazo e três têm mais de um ano de atraso. Questionou se os trabalhos decorrem sem a devida prorrogação do prazo e como se justifica a contínua prorrogação do mesmo, quando as empreitadas já deveriam estar concluídas. Concluiu solicitando esclarecimentos relativamente à conclusão da obra “Regeneração Urbana, reabilitação da Praça Fernando Pessoa, Rua Egas Moniz e Avenida 25 de Abril”, considerando que no quadro apresentado na Informação Escrita consta a informação de “obra em execução”, apresentando-se no entanto uma taxa de execução de 100%. -----

Ludovina Silva – PS – Indicou ter verificado na plataforma *online* dos contratos públicos a aquisição de fardamento para o Mercado Municipal, à empresa Dias e Vicentes, no valor de € 10.615,00. Não sendo beneficiários deste equipamento os colaboradores municipais, mas sim os comerciantes, questionou se o valor investido será ou não reembolsado. Sobre a limpeza e manutenção do espaço de restauração, questionou se é feita pelos funcionários da autarquia. Caso contrário, questionou qual a responsabilidade financeira dos comerciantes nesta matéria e se a renda paga pelos comerciantes que usufruem daquele espaço reflete o custo do serviço de limpeza e de manutenção do mesmo. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que o quadro das empreitadas apresentadas na Informação Escrita não contempla o Mercado Municipal. Recordou que no passado dia 07 de fevereiro, em reunião de Câmara Municipal foram autorizados trabalhos a mais no valor de € 212.810,00 (IVA incluído). Contudo, só foram presentes à reunião de Câmara Municipal €186.644,00 (IVA incluído), faltando faturar, no mínimo, € 26.060,00, tendo questionado qual a previsão para que este valor seja apresentado. Decorrente da informação disponibilizada nos documentos previsionais de 2019, verificou estarem previstos € 1.000,00 para o Mercado Municipal “A Praça”, voltando assim a reconhecer-se que a obra não está concluída. Constatou-se ter ocorrido um aumento de obra relativamente ao previsto em 2017, no valor de € 428.154,00. Considerando que este equipamento está em funcionamento desde 14 abril de 2018, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que informasse das razões pelas quais, até a presente data, não tenha ido a reunião de Câmara Municipal o auto de receção provisório da obra. ----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu que o valor do fardamento adquirido para o mercado será debitado em todos os operadores que beneficiaram do mesmo e os serviços de limpeza e de segurança estão incluídos na renda que é paga pelos comerciantes, tendo em linha de conta o estudo económico que foi previamente efetuado. Relativamente ao auto de receção provisório da obra o Mercado Municipal “A Praça”, informou que este se encontra elaborado e será apresentado na próxima reunião de Câmara Municipal. Depois, deu conhecimento que o Município de Albergaria-a-Velha assinou, no passado dia 20 de novembro, um contrato de financiamento com Sua Excelência o Ministro do Ambiente e o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, no âmbito do aviso “Logística descarbonizada e economia circular para mercados tradicionais”. Acrescentou que foram apresentadas 50 candidaturas no universo dos 308 municípios, tendo a candidatura do Município de Albergaria-a-Velha sido aprovada e classificada em 3º lugar, de entre os 22 municípios que viram aprovadas as suas

candidaturas e que o projeto da autarquia servirá de modelo de referência para demais mercados, como exemplo de boas práticas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu por encerrado o ponto 2.-----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, apresentando um ponto de ordem à Mesa, solicitando que seja analisado se a atual solução de microfones da Assembleia Municipal é ou não a mais adequada, considerando constrangedor que um Membro Municipal seja interrompido durante uma intervenção, pela colaboradora afeta o serviço de apoio à Assembleia Municipal, pelo facto de o microfone não se encontrar a funcionar de forma plena. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que todos os microfones foram revistos, tendo sido solicitado, adicionalmente, um microfone para qualquer eventualidade. Informou que os serviços municipais poderão analisar uma nova solução, estando aberto a uma melhoria das condições do sistema de som. Ainda assim, na sua opinião, a atual solução para a gravação das sessões tem sido aceitável. Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 3. -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação às Grandes Opções do Plano (3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no montante de € 32.860,00 para o ano de 2019) do Município de Albergaria-a-Velha para 2018; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o presente ponto respeita a uma empreitada que se pretende realizar, no âmbito da requalificação de arruamento da Zona Industrial. Esclareceu não ser possível concluir a obra em 2018, pelo que a mesma terá de transitar para o ano de 2019, ficando afeta ao biénio 2018-2019.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou inscrições relativamente ao ponto em apreciação. Não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 3. -----

Votação: Colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos dezasseis Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e do Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, e sete abstenções, dos Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Modificação às Grandes Opções do Plano (3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no montante de € 32.860,00 para o ano de 2019) do Município de Albergaria-a-Velha para 2018, cujo documento se dá aqui como inteiramente reproduzido, para todos os efeitos legais, e de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, vai ficar arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 4. -----

Ponto 4 – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais do Município para 2019: a) Grandes Opções do Plano e Orçamento; b) Mapa de Pessoal; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Recordou que o presente ponto será apreciado conjuntamente e a votação ocorrerá de forma separada. Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que os documentos ora presentes são dos mais importantes da gestão autárquica, refletindo as intenções das políticas municipais, a estratégia, visão e missão para o ano de 2019, sendo igualmente uma forma de monitorizar o desempenho. No ano de 2019, destacou seis pontos: 1. dinamização da Zona Industrial, designadamente a compra de terrenos, na qual existe uma candidatura aprovada para criar infraestruturas de novos arruamentos; 2. Ambiente: efetuar uma campanha de sensibilização, no sentido de gerar proatividade (em particular no âmbito da Pateira de Frossos) e ter uma posição mais dinâmica quanto à recolha do lixo. 3. Saúde e Educação: a Escola da Avenida para concluir até ao final do ano de 2019, e permitindo o complemento de formação, no âmbito da agenda municipal da educação. Neste ponto, informou existirem dois novos programas: segurança rodoviária e programação em robótica. 3. Relativamente à Saúde, o compromisso deste executivo é diligenciar todos os esforços para que haja um serviço de saúde de proximidade e de qualidade, mantendo todas as unidades de saúde abertas. 4. No que respeita à mobilidade, pretende-se ter uma rede de transportes que abranja a Zona Industrial, o circuito urbano e as freguesias. Este município continua a marcar a agenda através de projetos de âmbito regional e nacional, designadamente através do projeto MOBA – Mobilidade Operação Bicicleta de Albergaria-a-Velha, que visa a utilização partilhada de bicicletas, e o eixo que nos diferencia, designadamente o projeto *patrulheiros*, através do qual é assegurada a vigilância e sinalização de despejo de detritos na floresta e Baixo Vouga lagunar, a sinalização de ninhos de vespas asiáticas e de queimadas, e em particular no apoio aos peregrinos que percorrem os caminhos de Fátima e de Santiago. Ainda neste âmbito, referiu o Programa Operação Pedalar, que procede a campanhas de sensibilização nas escolas para a utilização de bicicleta. 5. Inclusão: o desporto adaptado foi uma realidade tendo sido também assinado, ontem, um protocolo para a existência do balcão de inclusão. 6. O sexto pilar, que diferencia este município versa sobre o apoio às IPSS's, associações, coletividades e às famílias, enquanto parceiros da autarquia.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 4. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – “Sr. Presidente a sorte tem estado do seu lado, recebeu uma Câmara com boa saúde financeira, com contas equilibradas, com o endividamento municipal em forte redução, o que o Sr. já inverteu. O Sr. Presidente recebeu uma Câmara com muitos projetos em andamento e em carteira, a alguns colocou na arca congeladora e a outros varreu para debaixo do tapete e assistimos, hoje, a um número curioso que se concretiza num processo semelhante às dores falsas que os doentes têm após amputação de membros e que se traduz em algumas afirmações que se ouve, que o Presidente só faz obra em Albergaria já que está em obras há uma data de anos. Nada mais falso já que não existe praticamente obras novas em Albergaria como nas freguesias, mas existe são derrapagens de obras no tempo. Nós já temos chamado a atenção nesta casa da derrapagem sucessiva das obras contratadas e que os prazos são sucessivamente prorrogados à margem do que permite as disposições legais que, previsivelmente se deverá traduzir em consequências quer para o

município quer para os decisores políticos envolvidos e, não foi por falta de aviso da nossa parte, mas, como eu dizia parece que temos muita obra mas, na realidade é sempre a mesma, só que está sempre a deslizar no tempo e, muito grave, a inflacionar os documentos previsionais de cada ano, dando a sensação falsa de que temos muita obra quando é ao contrário e estamos em presença de pura incompetência de gestão e acompanhamento de obra. Não obstante a desvirtuação que esta prática induz nos documentos previsionais, observa-se que relativamente ao investimento, na rúbrica de Aquisição de bens de capital, que após os anos de eleições se verifica um forte desinvestimento nesta área, e o valor que está inscrito é, maioritariamente, para fazer face aos projetos que transitam dos anos transatos. Sr. Presidente, estamos em presença de um exercício de hipocrisia já que os valores que têm sido sucessivamente inscritos em diferentes anos são, maioritariamente relativamente aos mesmos projetos que têm sido sucessivamente atrasados na sua concretização. Eu diria que estamos em presença de um número de ilusão coletiva. Por exemplo: 1. Escola de Requalificação da Avenida, inscrita nos diversos documentos previsionais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Fica demonstrado, com este exemplo, a utilização de repetidos exercícios de ilusão, com a inscrição de diversas verbas, em diferentes anos, para a mesma obra e que sucessivamente não se concretizam, mas dando a sensação que existe muito investimento nesta área. 2. Piscina Albergaria-a-Velha (Eficiência energética) inscrita nos diversos documentos previsionais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. 3. Piscina São João de Loure (Eficiência energética) inscrita nos diversos documentos previsionais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Fica demonstrado, mais uma vez, a utilização de puros exercícios de ilusão, dando a sensação que existe muito investimento, mas, na realidade é para fazer de conta. E mesmo assim se verifica, após o ano eleitoral de 2017, uma forte redução do valor de aquisição dos bens de capital, o valor inscrito no ano de 2019 é inferior a metade do valor inscrito no ano de 2017 e, como atrás demonstrei estes valores ainda são nitidamente fantasiosos já que a realidade demonstra que estes valores tem obras inscritas que deslizam ano após ano ou até desaparecem, inflacionando brutalmente os valores inscritos nos diversos documentos previsionais. Estamos em presença de puros exercício de ilusão de ótica. E mais exemplos poderiam ser presentes nesta discussão, mas não alterariam a avaliação fortemente negativa desta prática recorrente. O Sr. Presidente tem expandido fortemente as despesas correntes, nomeadamente através da soma dos blocos de Despesas com pessoal mais aquisição de serviços. O Sr. Presidente o valor desta soma, em 2014, era cerca de 9,25 M€ e passa para 10,23 M€ em 2019, o aumento é cerca de 1 M€. Os documentos previsionais demonstram uma estabilização da receita corrente em 12,65 +/- 0,04 M€ o que por si só estabiliza o teto máximo de endividamento do município, ou seja, o município não tem aumentado a sua capacidade de aumentar o valor máximo de endividamento. Sr. Presidente, a evolução das contas correntes, do ano de 2014 ao ano de 2019, demonstram um agravamento brutal do equilíbrio orçamental do Município. Este indicador é o princípio orientador da execução dos documentos previsionais, o Sr. não pode ter mais despesa que receita corrente. O saldo corrente, entenda-se receita corrente menos a despesa corrente, deverá no limite ser zero, o que é muito mau, mas as regras de boa gestão exigem que seja superior ao limite mínimo. Os diferentes documentos previsionais, desde 2014 a 2019, têm demonstrado: uma estabilização da receita corrente no valor próximo dos 12,65 M € e no ano de 2019 está previsto um valor de 12,69 M €; um aumento constante da despesa corrente, de 10,29 M € em 2014 para 11,72 M€ em 2019, ou seja, um aumento de despesa corrente num valor próximo dos 1,43 M€; o saldo

orçamental variou dos 2,27 M € em 2014 para 0,97 M € em 2019, ou seja, uma forte redução do saldo orçamental no valor de 1,3 M€. Esta brutal negativa variação põe a nú as fragilidades da sua gestão, nós não podemos continuar neste caminho porque só temos um saldo corrente para 2019 de 0,97 M€ e só de 2018 para 2019 o agravamento do saldo corrente foi de 0,43 M€, metade do saldo que hoje existe para 2019. O Sr. Presidente tem beneficiado de uma conjuntura externa extremamente favorável, mas que pode mudar de um dia para o outro. Sr. Presidente “é quando a maré baixa que se vê quem está a nadar sem calções”. Mas o povo anda contente e assim deve continuar até que a maré continue suficientemente alta para esconder que a Câmara Municipal vai nua”. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo ter valido a pena a persistência havida no debate em torno do problema dos resíduos sólidos, considerando que da análise dos documentos previsionais se verifica que a Câmara Municipal vai ter uma atitude preventiva no sentido de sensibilizar os munícipes para a matéria ambiental, no âmbito dos resíduos sólidos. Também valeu a pena a persistência no âmbito da mobilidade dentro do município, pelo facto de a autarquia tencionar avançar com uma rede de transportes intra-concelhia. A análise dos documentos previsionais de 2018 e de 2019, revela, no entanto uma quebra de 61% no que respeita a investimentos, facto que preocupa o grupo municipal do PS. Continuando, referiu ter lido uma entrevista dada pelo Presidente da Câmara Municipal ao Jornal Beira Vouga, na qual este referiu estar a captar investimento, verificando-se no entanto que, apesar de haver captação em termos de mercado de trabalho, esta não é acompanhada da fixação de pessoas no município, entendendo que a Câmara Municipal deveria ser proativa na oferta de parque habitacional para aumentar o número de residentes no município. Disse ainda ter verificado a redução do investimento nas rúbricas da educação e das respetivas infraestruturas escolares. No âmbito social, referiu entender positivo que os órgãos locais atentem a uma realidade particular, designadamente a presença da etnia cigana neste município, à qual é necessário dar atenção, tendo em conta que o quadro social nem sempre é o mais favorável. No âmbito da saúde, vai haver um investimento, na Unidade de Saúde do Baixo Vouga no qual o município tem competências acrescidas, face à atual Lei de Transferência de Competências, esperando que a Câmara Municipal vá ao encontro dos interesses dos cidadãos. No que respeita ao funcionamento do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, disse entender que este deve ir ao encontro das necessidades de cuidados médicos, não considerando compreensível que as consultas de urgência deste Centro de Saúde ocorram às 17:30h, o que impele as pessoas para as urgências hospitalares, contribuindo para a sua excessiva afluência. No âmbito das IPSS`s e demais associações sociais, onde reconhece o reforço de parcerias, verifica-se no entanto um corte de € 22.000,00, o que é um valor significativo. Referiu ainda entender que, na área cultural, o Centro Cultural de São João de Loure ainda se encontra à margem da agenda cultural municipal, sugerindo que sejam previstos espetáculos em todos os centros culturais municipais, para que seja criada uma nova dinâmica cultural no município. No âmbito dos recursos endógenos, questionou quais as medidas que pretende a autarquia implementar para potenciar que os pequenos produtores façam chegar os seus produtos aos consumidores do município. No âmbito do turismo, face à nova pista ciclável, Angeja-Frossos, lamentou que, ao invés de dar continuidade e coerência à pista já existente, da BioRia, tenha sido colocado um piso novo, artificial, pintado de vermelho, com custos acrescidos, marcando uma fronteira num território que é único. No âmbito da requalificação urbana, referiu já existirem duas ARU`s, verificando-se, porém, uma falha no domínio habitacional, para o qual não

existe qualquer rubrica. Informou existir um programa denominado “Primeiro Direito: Programa de apoio ao acesso à habitação”, no âmbito de uma estratégia nacional para dar condições às pessoas para terem habitações condignas. Neste caso, verificando-se existir falta de mão de obra em determinadas áreas, o que leva as empresas sediadas no município a recrutar externamente ao mesmo, a existência de mais oferta habitacional estimularia a fixação da população. No que respeita às acessibilidades, referiu existirem ainda carências, porque a preocupação é focada sobretudo nos veículos automóveis e não nos peões, devendo as prioridades ser invertidas, para que primeiramente as pessoas circulem em segurança. No domínio ambiental, mencionou a existência de algumas referências, mas também a necessidade de contemplar novas medidas, como as destinadas ao combate aos jacintos de água existentes no Baixo Vouga lagunar. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que os documentos previsionais ora presentes representam um conjunto de intenções avulsas, desprovidos de visão estratégica, critérios objetivos de crescimento e desenvolvimento, com argumentos competitivos de fixação de pessoas e de novos investimentos. Ressaltou ser preocupante o contínuo crescimento das despesas correntes, designadamente na rubrica *outros trabalhos especializados*, que representam mais de 1,7 milhões de euros, mencionando também que o investimento representa apenas 30% da despesa anual. Informou que o PSD tem uma apreciação vincadamente negativa destes documentos, face à ausência de estratégia e de rigor dos mesmos. Lembrou que em reunião de Câmara Municipal, de 21.11.2018, foi solicitada autorização para contrair um empréstimo no valor de 1,4 milhões de euros, para aquisição de terrenos na Zona Industrial, visando a expansão daquela zona, sem especificar concretamente quais os terrenos, o âmbito e o teor do objetivo preconizado, sublinhando a necessidade de ser disponibilizada informação e rigor atempados, que não se verifica, demonstrando a ausência de estratégia, visando a expansão da Zona Industrial. Este empréstimo terá um prazo de 20 anos, com um período de carência de 2 anos, a amortizar nos próximos mandatos, ao passo que no que respeita à renovação da concessão dos terrenos da gasolinera BP, se está a antecipar a obtenção da totalidade da receita para hoje, não deixando qualquer receita para os próximos mandatos. A informação do pedido de empréstimo reflete que as GOP’s de 2018 e de 2019 não preveem este investimento, dado que o valor que está inscrito é como não definido. Este pedido de empréstimo vem alterar os pressupostos dos documentos previsionais, na medida em que altera o valor da despesa e da receita, solicitando, por isso, esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal relativamente a esta matéria.-----

Paulo Silva – CDS-PP – Informou nunca ter sido feita qualquer cativação orçamental para conseguir futuros ganhos políticos. Referiu que este orçamento é marcado pela captação de investimento, no comércio e na indústria, e também pela proteção do ambiente e pelo desenvolvimento do município. No que se refere ao âmbito populacional/demográfico, disse entender que os construtores não terão, ainda, encontrado as condições económicas e financeiras para se fixarem e investirem em Albergaria-a-Velha, aprazendo-lhe todavia, recordar a política deste executivo relativamente à manutenção de uma carga fiscal mais atrativa para as empresas e para as famílias, designadamente pela baixa derrama e taxa de comparticipação de IRS, mantendo a sua coerência política. Sublinhou que este executivo tem tido a preocupação de ouvir todas as opiniões dos Membros Municipais, exemplificando com a introdução de

campanhas de sensibilização no domínio ambiental. Informou depois que a Rua Gonçalo Eriz, representa uma nova artéria neste município, bem como as vias cicláveis e demais obras, que estão claramente visíveis. Concluiu a sua intervenção dizendo que desde o primeiro mandato que este executivo afirmou que se iria dedicar às pessoas e não a grandes obras físicas e recordando que, quando é feita obra, há necessidade de garantir a manutenção dos equipamentos e alocação de recursos humanos aos mesmos, aumentando-se, assim, a despesa corrente. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, pedindo que o Presidente da Câmara Municipal esclarecesse sobre a “requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha”, já que nas GOP`s de 2018 está inscrito um valor de € 256.000,00, com um investimento de € 246.000,00 em 2018, e de € 10.000,00, em 2019. Em 21.02.2019, foi assinado um contrato de empreitada no valor de € 231.610,00, com prazo de execução de 90 dias. Nas GOP`s de 2019, está inscrito o montante total de € 76,120,00, com € 75.000,00 realizado em 2018 e uma verba de € 1.060,00 em 2019. Conclui, assim, que a documentação remetida relativamente a 2019 não coincide com a de 2018. Indicou ao Membro Municipal Paulo Silva que Águeda tem uma taxa de 0% de comparticipação em IRS. Relativamente à captação de população para o município, referiu que, estrategicamente, interessa atrair pessoas com capacidade económica, que possam movimentar a economia, caso contrário, o aumento da população onerará o cofre do município e das IPSS`s, porque essas pessoas pedirão apoios. Enumerou algumas das obras que sofreram uma derrapagem nas diversas GOPS`s, para além das que já enunciou anteriormente, afetas a documentos previsionais de vários anos: Requalificação da Escola de Sobreiro (documentos previsionais de 2017, 2018 e 2019); “Parque de Lazer de Alquerubim (Quinta Alque); Documentos previsionais de 2016 – previsto 50.000 € em 2016 e 50.000 € em 2017; Documentos previsionais de 2017 – previsto 109.000 € em 2017; Documentos previsionais de 2018 – previsto 109.000 € em 2018; Documentos previsionais de 2019 – não existe referência deste equipamento, mas, para confundir, esta obra é substituída por uma nova designação, Parque na Quinta do Passal, a iniciar em 2019 com valor inscrito de 50.000 € em 2019 e com o valor inscrito de 5.000 € no ano de 2020. Gostaria de saber o que se lá vai construir”. Campos de Ténis (2019, em financiamento não definido); Parque do Emigrante em Angeja (documentos previsionais de 2018 e 2019); Piscina Municipal da Branca (documentos previsionais de 2018 e 2019); Quinta do Agro - Parque Infantil (documentos previsionais de 2018 e 2019); Pateira de Frossos – Lagoa (documentos previsionais de 2018 e 2019); Parque do Areal (documentos previsionais de 2019); Parque da Cidade de Albergaria (documentos previsionais de 2018 e 2019); Ecopista do Vouga – ligação a Águeda (documentos previsionais de 2018 e 2019); Ecopista do Estuval - Assilho (documentos previsionais de 2019); Cobertura do Pavilhão Municipal de Alquerubim (documentos previsionais de 2018 e 2019); Regeneração Urbana - Praça Fernando Pessoa, Rua Prof. Egas Moniz e Rua 25 de Abril (documentos previsionais de 2017, 2018, 2019); Regeneração Urbana - Zona envolvente Fernando Pessoa (documentos previsionais de 2016, 2017, 2018, 2019); Regeneração Urbana Caminhos de Ferro e zona envolvente (documentos previsionais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020); Regeneração Urbana: São João de Loure e Frossos (documentos previsionais de 2019, 2020, 2021); empreitada do Centro Coordenador de Transportes (documentos previsionais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019); Beneficiação da Extensão de Saúde de São João de Loure e Frossos (documentos previsionais de 2017, 2018, 2019); Requalificação do Mercado Municipal de Albergaria-a-Velha (documentos previsionais de 2014, 2015, 2016, 2017,

2018, 2019); ampliação da Zona Industrial (documentos previsionais de 2016, 2017, 2018, 2019); compra de terrenos para a ampliação da Zona Industrial (documentos previsionais de 2017, 2018, 2019); edifício de apoio ao acolhimento empresarial (documentos previsionais de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019). -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, confirmando que o Grupo Municipal do PS concorda que seja realizado investimento, desde que seja útil e necessário e para o qual a autarquia tenha competência. A função do Estado, do Governo e de uma autarquia local é a de regular o mercado e intervir quando este não funciona, designadamente quando um investimento necessário não desperte o interesse económico do setor privado. Enumerou algumas rúbricas orçamentais nas quais constatou um aumento de despesa designadamente: deslocações e estadas; estudos, projetos, pareceres e consultorias; outros trabalhos especializados, e cujo valor poderia ser aplicado em investimento municipal, tratando-se apenas de opções políticas. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que no domínio da saúde está previsto, em 2019, um valor de € 20.000,00, que parece manifestamente pouco, mas irá aumentar com a construção da Unidade de Saúde de São João de Loure, mas o início de obra está a ser dilatado no tempo. Questionou se o município pode esclarecer se a Unidade de Saúde do Baixo Vouga vai ficar efetivada em Angeja e se a construção da Unidade de Saúde de São João de Loure vai concretizar-se e se vai ou não ocorrer apenas em ano eleitoral. Disse-se expectante que a expansão da Zona Industrial seja realizada em breve e que esta nova Zona Industrial se traduza na captação de empresas, que aumentem o número de postos de trabalho e incentivem os empresários da área da construção civil a investir no município. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Lembrou que, previamente, o executivo criou as condições jurídicas que permitiram alargar a Zona Industrial, através do PDM, procedendo atualmente à compra dos terrenos para atrair e ter condições para negociar com os investidores a instalar-se em Albergaria-a-Velha. Será essa dinâmica que permitirá criar uma maior atratividade imobiliária no município. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo que primeiro terá de ser aprovado o empréstimo bancário para ser incluído no Orçamento Municipal, que será posteriormente apresentado à Assembleia Municipal. Informou ter havido um reforço de € 400.000,00 do Orçamento de Estado a ser incluído no presente Orçamento, face às regras definidas. Afirmou que o executivo tem uma estratégia bem definida, não concordando com as afirmações feitas em sentido contrário. Informou que em abril, será ainda incorporado o saldo de gerência anterior. Continuando, disse existir um conjunto de projetos que foram lançados em rúbricas abertas, porque se aguarda pela abertura de candidaturas. Referiu que, no âmbito da CIRA, só agora se estão a dar os primeiros passos no que respeita às piscinas municipais, havendo outros projetos nesta situação. Relativamente à ciclovía de Frossos-Angeja, referiu que a infraestrutura segue a mesma coerência, relativamente às demais ciclovias do município e que a utilização desta ciclovía está integrada no âmbito do Programa Polis. No que respeita à transferência de competências, para os municípios, informou já se discutir a possibilidade de a mesma ocorrer após as próximas eleições. Recordou ter referido na última sessão desta Assembleia que a área de vias de

comunicação foi retirada deste processo e, em matéria de educação, já ocorreram mudanças face ao inicialmente definido. Em matéria de saúde, disse entender que o executivo deverá atrasar o processo de encerramento de unidades de saúde. Em relação aos produtos endógenos, esclareceu que será efetuada uma contratação de serviços com a Agim – Associação para os Pequenos Frutos e Inovação Empresarial, para apoiar os pequenos produtores, como forma de valorizar os seus produtos. Solicitou depois ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Chefe da Divisão de Administração Geral, Dr. Miguel Castro, para esclarecer o Membro Municipal Luís Fernando Oliveira acerca das questões colocadas pelo mesmo no que respeita à verba afeta à Escola Secundária de Albergaria-a-Velha. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Chefe da Divisão de Administração Geral, Dr. Miguel Castro, para os esclarecimentos solicitados. -----

Miguel Castro – Usou da palavra, esclarecendo que no momento da elaboração da proposta do Orçamento Municipal, em setembro ou outubro, a obra tem um valor que está pago. Em 2019, encontra-se o montante a pagar nesse ano, existindo, porém dois ou três meses durante os quais foi executada a obra mas que não se refletem neste orçamento, não havendo possibilidade de o fazer.-----

Presidente da Câmara Municipal – Continuou a sua intervenção, informando que a Vereadora à qual está atribuído o pelouro em apreço e o Chefe de Divisão poderão facultar esclarecimentos adicionais. Em relação à mão de obra a afetar à Zona Industrial, esclareceu que a estratégia da autarquia vai para além da sua expansão, visando também a qualificação e a capacitação dos trabalhadores, estando a ser encetados contactos com as empresas e responsáveis pela educação. Em relação à habitação, informou que o executivo já interveio com as medidas de apoio ao arrendamento e com a criação das ARU's. Com quatro anos de benefícios fiscais dados aos proprietários de prédios devolutos, será eventualmente necessário optar pela via da penalização. Acrescentou que em 2019 o Município de Albergaria-a-Velha vai assistir a alguns investimentos na construção, o que se refletirá na fixação da população. Continuando, descreveu a evolução da dívida total do município, que referiu: Em 2007: € 9.261.114,00; em 2017: € 5.390.999,91. O orçamento total da Câmara Municipal em 2013 totalizou o valor de 17.338.000,00 sendo que, sem retribuição da AdRA, em 2013 totalizou 14.676,760 e, em 2019, 15.281.569,00; Orçamento corrente, em 2013 totalizou 13.757.830,00, e, excluindo a AdRA, em 2013 totalizou € 11.006,234. Em 2019, totalizou € 12.689.731,00. No que respeita à poupança corrente, em 2013, totalizou o montante de € 689.583,73 e em 2019 € 967.523,00. As contas não estão desequilibradas, tendo até melhorado. No que respeita ao aumento corrente, sem a retribuição da AdRA, entre 2013 e 2019, informou que a receita corrente totaliza o valor de €1.683.496,25 e a despesa corrente o montante de €1.405.537,00. No que respeita às transferências correntes, em 2013: € 873.585,00; em 2019: € 1,379.644,00. Em termos de despesa corrente, esclareceu que o valor das transferências correntes na ótica da despesa aumentou mais para as freguesias: de € 290.000,00 para € 502.817,00 . No que respeita às transferências para as coletividades sem fins lucrativos, aumentou de € 430.000,00 para € 561.350,00, correspondendo a um aumento de 15,23%. No que respeita às transferências para as famílias, aumentou de € 42.550,00 para € 212.889,00. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que este executivo tem mais receita corrente face ao anterior executivo do PSD, porque dispõe de mais verbas ao nível das transferências e do IMI. Por este facto o limite da dívida é maior e a sua fórmula de cálculo é diferente, entendendo que não se deveriam misturar os valores e os cálculos. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra, indicando não concordar com o que foi exposto sobre a transferência de verbas para as freguesias. No que respeita ao Orçamento Municipal, a Extensão de Saúde de São João de Loure já estava cabimentada no orçamento desde 2013, não estando contemplado qualquer valor no Orçamento Municipal de 2019. Surge, por sua vez, um valor residual associado à Unidade de Saúde do Baixo Vouga. Pediu esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal para o facto de estar prevista para 2020 uma verba significativa para a Unidade de Saúde do Baixo Vouga, e sem qualquer referência à Extensão de Saúde de São João de Loure, nos anos de 2019 e 2020, prevendo-se apenas para 2021. Atendendo ao facto de terem sido colocados contentores na área do Baixo Vouga e de o ACES ter tornado público, através do seu Boletim Informativo, que a Extensão de Saúde de São João de Loure vai encerrar, referiu tornar-se preocupante este facto bem como não se encontrar previsto qualquer investimento nesta Extensão em 2019 e 2020. Questionou os motivos pelos quais o investimento na Extensão de Saúde do Baixo Vouga se verificará em 2020 e na Extensão de Saúde de São João de Loure apenas em 2021. No âmbito do assunto da mobilidade, questionou se o projeto do município enunciado é autónomo ou está a ser desenvolvido conjuntamente com a CIRA. Recordou ter havido maior volume de despesa em 2007 devido ao auge do investimento nas condutas do saneamento, questionando qual a data prevista para que as condutas de saneamento sejam colocadas na zona industrial, face às significativas infraestruturas industriais e ao aglomerado habitacional ali existentes. Felicitou depois executivo por ter reconhecido que a qualificação das pessoas é uma medida necessária, porque melhora os seus rendimentos e a fixação da população, beneficiando também o território.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que eram 00:30 horas, colocou à votação a continuidade da sessão, nos termos do n.º 2 do art.º 16, do Regimento. -----

Colocada a votação a continuidade da sessão verificou-se não haver unanimidade dos/as Membros Municipais presentes a favor desta continuidade. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu assim por encerrada a primeira reunião e convocou os/as Membros Municipais para a 2.ª reunião da Sessão Ordinária de novembro para o dia 28 de novembro de 2018, às 21:00h a ter lugar no Edifício dos Paços do Município. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na primeira reunião da Sessão Ordinária de novembro da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada por mim, Mário Rui de Almeida Branco, Presidente da Assembleia Municipal, e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____